

# A gestão da vulnerabilidade social entre moradores de uma ocupação na região central do Rio de Janeiro: entre morar e resistir

The management of social vulnerability among informal residents of an occupation in the central region of Rio de Janeiro: between living and resisting

**Michelle Lima Domingues**

Departamento de Ciências Humanas, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, Brasil

**Priscila Tavares dos Santos**

Centro Universitário Unifacvest, Lages, Santa Catarina, Brasil

## RESUMO

O artigo tem como objeto de reflexão processos de produção de vulnerabilidade social que se associam à privação de recursos e se vinculam a direitos fundamentais negados historicamente pelo Estado a um grupo de famílias trabalhadoras que, por iniciativa autônoma, ocuparam um prédio nas proximidades da Central do Brasil, região central do Rio de Janeiro. Considerando as informações coligidas a partir de pesquisa etnográfica, destacamos as condições de vulnerabilidade social em que se encontram essas famílias em sua relação de espera e luta pelo direito à moradia do imóvel que ocupam informal e consentidamente desde 2003. Buscamos refletir ainda sobre o agravamento das condições de vulnerabilidade sob as quais vivem as famílias do Predinho pela imposição do isolamento social no contexto da pandemia da Covid-19 e para cujo enfrentamento são articuladas redes de assistência social mediadas por redes de solidariedade entre essas famílias. Destacamos também que neste processo de mediação figuram como articuladoras exemplares algumas moradoras do Predinho.

**Palavras-chave:** Vulnerabilidade social, Moradia Popular, Redes de Solidariedade, Luta por Direitos, Pandemia da Covid-19.

---

Recebido em 16 de janeiro de 2021.

Avaliador A: 25 de janeiro de 2021.

Avaliador B: 15 de fevereiro de 2021.

Aceito em 11 de março de 2021.

---



**ABSTRACT**

The article take as object of reflection the understanding of the production processes of deprivation of resources, associated with fundamental rights, managed by the state to a group of working families that, by autonomous initiative, occupied a building in the facilities of Central do Brasil, central region from Rio de Janeiro. Considering the collected information from the ethnographic research, we highlight the conditions of social vulnerability in which these families are in their waiting and fighting relationship for the recognition of the housing's right of the property they have occupied since 2003. We also seek to reflect on the worsening of such conditions of vulnerability due to the imposition of social isolation in the context of the Covid-19 pandemic and for whose confrontation social assistance networks mediated by solidarity networks between these families are articulated. We also point out in this mediation process that some residents of the property called Predinho are exemplary articulators.

**Keywords:** Social Vulnerability, Popular Housing, Solidarity Networks, Fight for Rights, Covid-19 Pandemic.

**INTRODUÇÃO**

Neste texto, tomamos como objeto de reflexão processos de produção de vulnerabilidade social que se associam à privação de recursos e se vinculam a direitos fundamentais negados historicamente pelo Estado a um grupo de famílias trabalhadoras que, por iniciativa autônoma, ocuparam um prédio que atendia ao serviço hoteleiro nas proximidades da Central do Brasil. Para efeitos desta análise, referimo-nos ao Estado (THELEN *et al.*, 2014) a partir das representações sociais que os nossos interlocutores mencionaram ao refletirem sobre as condições de demanda por direitos fundamentais (como o de moradia, saúde, educação, assistência social e previdenciária) com base nas relações cotidianas por eles elaboradas para gerirem recursos materiais insuficientes e até mesmo ausentes para a maioria das famílias, muitos dos quais são essenciais a sua sobrevivência.

Considerando as informações coligidas a partir de pesquisa etnográfica desde 2017, destacamos o agravamento da situação de precarização dessas famílias pela imposição da

medida de isolamento social no contexto da pandemia da Covid-19<sup>1</sup>, mormente a interdição da mobilidade. O caso etnográfico em tela compõe uma das experiências coletivas de luta pela moradia popular incorporadas no projeto de pesquisa intitulado *Helping the Poor Stay Put: Affordable Housing and Non-Peripheralization in Rio de Janeiro, Brazil*, em andamento desde 2016.<sup>2</sup>

Neste texto, priorizamos analisar as inúmeras situações de sofrimento vividas por essas famílias por meio da exposição ao cenário da pandemia que se somam ao dilema da morosidade do processo de demanda judicial pelo direito à moradia do imóvel que ocupam desde 2003. Almejamos demonstrar que as situações de insegurança e múltiplos processos de vulnerabilização, diariamente administrados por essas famílias, são então redimensionados pela trágica vivência do isolamento social. Só foi possível apreender os fluxos de ações na constituição de redes de solidariedade e de afeto que demonstramos neste texto porque valemos de perspectiva processualista e análise interpretativa para apreensão de dados.

As moradias populares localizadas na região portuária do Rio de Janeiro correspondem a uma forma de resistência ao processo de revitalização e requalificação urbana desta região, em curso desde 2009 – nomeado Projeto Porto Maravilha – e implementado pelo alinhamento político entre as esferas do governo federal e municipal que veio a concretizar a Operação Urbana Consorciada representada pelo Consórcio Porto Novo. Werneck (2016) menciona que o projeto não previu o esvaziamento populacional decorrente das intervenções urbanas, os processos de remoção de famílias de sem teto que ocupavam imóveis ociosos na região e a existência dos cortiços como alternativa habitacional tradicional da região. Além disso, a construção de habitações previstas como contrapartida social ao projeto não se realizou, carecendo de estudo fidedigno às demandas por moradia e à estrutura fundiária nesta área, permanecendo os setores dotados de potencial construtivo reservados aos interesses do mercado.

Os moradores por nós valorizados que resistem a este processo buscam condições relativamente favoráveis de moradia, em condições dignas e sustentáveis, que viabilize o acesso aos serviços urbanos centrais e ao mercado de trabalho. Deste modo, os projetos de moradia que acompanhamos, por intermédio de projeto de pesquisa mencionado, correspondem a modelos

---

1 Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), a pandemia da Covid-19, provocada em decorrência do coronavírus, correspondeu a uma crise de proporções mundiais cujos efeitos mais comumente relatados estão relacionados a infecções respiratórias e intestinais, especialmente em pacientes com comorbidades e idosos.

2 O projeto de pesquisa é coordenado pelo antropólogo John Burdick, da Maxwell School da Universidade de Syracuse (EUA), e conta com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores do Brasil, dos Estados Unidos e da Inglaterra. O projeto conta com financiamentos da National Science Foundation (NSF) dos Estados Unidos e do Economic & Social Research Council (ESRC) do Reino Unido.

diferenciados de moradias populares organizadas como forma de resistência à política de urbanização implementada na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 2000.

Durante uma das etapas de pesquisa, optamos pelo exercício da observação participante para realização de trabalho de campo etnográfico, a partir do qual pudemos observar diferentes arranjos espaciais elaborados pelos moradores do prédio e seus efeitos sobre projetos de reprodução social<sup>3</sup> das famílias residentes nas instalações do então desativado Hotel Bandeirantes, cuja alcunha “Predinho”, atribuída pelos moradores, é de reconhecimento público pela vizinhança do imóvel e pela população das imediações da Central do Brasil.

Entretanto, com os limites impostos pela pandemia da Covid-19 para a continuidade do trabalho de campo – iniciado segundo os preceitos de Malinowski (1998) –, utilizamos mídias sociais (WhatsApp e Facebook), Internet e telefone, contando com as relações de proximidade já estabelecidas com as famílias. Outras técnicas de pesquisa foram acionadas para manutenção do contato com as famílias de moradores, mas que não colocassem em risco de contágio nossos interlocutores e os pesquisadores.<sup>4</sup> A centralidade da etnografia como método de pesquisa cedeu espaço para outras ferramentas técnicas e éticas como meios de repensar e reelaborar nossas práticas de pesquisa (CAMPOS, 2020).

O Predinho corresponde a um conjunto de 41 unidades habitacionais que constituíam a estrutura quarto-e-banheiro adaptadas à fixação de moradia permanente. 26% das famílias moradoras são compostas por mulheres com filhos com idade entre 0 e 18 anos (16 meninas e 14 meninos). O número de unidades habitacionais constituídas por casal (seja por vínculo matrimonial ou união estável) é de apenas 20% do total; 34% são de moradias individuais (das quais 19% é de mulheres). Em decorrência das condições desfavoráveis de moradia, as famílias de idosos que puderam contar com o apoio de familiares migraram temporariamente para garantirem o isolamento social.

As unidades habitacionais são distintas quanto ao espaço ocupado, já que as famílias que chegaram no momento da *ocupação* do prédio<sup>5</sup>, ao longo do período de permanência e diante

---

3 Adotamos a definição proposta por Bourdieu (2011) para compreender a elaboração de projetos de reprodução social pelas famílias de moradores do Predinho, mediante a incorporação de recursos situacionalmente utilizados para a gestão produtiva do espaço de moradia.

4 As contribuições de pesquisadores das ciências sociais acerca dos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho de campo etnográfico foram publicadas em inúmeros periódicos. Para construção deste texto, valemos daquelas publicadas na Revista Cadernos de Campo, da Universidade de São Paulo, em cujo volume 29 (suplemento) publicamos um artigo.

5 O uso do termo *ocupação* em itálico é utilizado para distinguir do sentido atribuído pela imprensa e pelos representantes governamentais, quase sempre pautado na criminalização do movimento de luta pelo direito à moradia. Em análise realizada por Filadelfo (2014), a opção pelo uso do termo, contrastivamente à invasão, se

das desistências por parte daqueles que puderam investir em outras condições de moradia, foram beneficiadas com duas unidades contíguas. Assim, algumas famílias contam com um espaço maior para residência, especialmente aquelas que, desde a *ocupação*, já tinham filhos e, portanto, foram reconhecidas como merecedoras de tal privilégio comparativamente aos demais ocupantes.

No caso analisado por Filadelfo (2014) junto a moradores de um projeto de moradia popular articulado pelo Movimento Sem-Teto do Centro, em São Paulo, o morador para ser aceito na ocupação deveria corresponder ao sistema de normatização publicizado em cartazes afixados na entrada do imóvel. No caso do Predinho, este sistema moral é operado mediante o reconhecimento público da condição de necessitado ou merecedor, situação não reconhecida de forma objetiva e traduzida em termos e documentos normativos, como regimentos internos, por exemplo, mas sujeita a apreciações e deliberações situacionais.

No Predinho, as unidades estão distribuídas de modo desigual entre os dois andares do prédio organizado internamente por dois longos e estreitos corredores por andar. Apenas os corredores situados à direita de quem entra no imóvel têm janelas, que também são utilizadas para pendurar varais e dispor alguns vasos de plantas. Ao final de cada corredor foram mantidos espaços para uso coletivo, especialmente colocação de varais para secagem de roupas, armazenar bicicletas e alguns brinquedos.<sup>6</sup>

A despeito do estado de degradação externo do imóvel, tombado pelo patrimônio histórico municipal, corredores e áreas de uso coletivo são cuidados por uma das moradoras responsável pela limpeza diária, que traz o perfume característico do imóvel. Inúmeros outros investimentos vêm sendo realizados pelos moradores para ressignificarem o espaço, como foi o caso da recuperação de parte do telhado que ameaçava desabar, da pintura das áreas internas, iluminação e abastecimento de água nas unidades. Em datas comemorativas, as famílias se organizam na decoração dos corredores e, nessas ocasiões, preparam lanches especiais para as crianças como forma de cuidado e gesto de demonstração de carinho. Segundo avaliação compartilhada pelos interlocutores, “muitas vivem abandonadas pelos pais”.

O imóvel, utilizado como uma das unidades da rede de hotéis Hotel Bandeirantes, foi construído durante meados da década de 1970, como parte das ações do projeto desenvolvimentista projetado para a cidade do Rio de Janeiro, em especial para atendimento

---

justifica pelo modo como as lideranças do movimento social por ele estudado legitimam suas práticas de ocupação de propriedades que não cumprem a função social.

<sup>6</sup> Essa arquitetura predial também foi relatada por Paterniani (2013) no trabalho etnográfico realizado na ocupação Mauá, na região central da cidade de São Paulo.

ao mercado consumidor associado ao turismo em expansão. Durante a década de 1990, a ampliação da rede buscou atendimento, captação e hospedagem de turistas estrangeiros e de grandes empresários que, migrando de outros estados do país, usufruíam das instalações de suas dependências nas proximidades da região central da cidade.

Ainda entre 1980 e início de 1990, a região perde prestígio e o Hotel Bandeirantes deixa de atender aos interesses da elite nacional. Jornais da época noticiavam acontecimentos que podem ser considerados preponderantes para o afastamento da elite consumidora das dependências do hotel, como aqueles decorrentes de uma possível associação com eventos criminosos. Estes episódios considerados de crise colocaram em suspeição a capacidade de atendimento às exigências de oferta de instalações adequadas aos hóspedes da classe média, o que levou à interdição do Hotel Bandeirantes em 1988. Desde então o prédio tem sofrido os efeitos da degradação provocada pela desvalorização da região central como polo de consumo do turismo cultural e, por outro lado, de ascensão enquanto zona de expansão comercial.

Desde a ocupação do prédio pelas famílias, em 2003, os moradores que permaneceram no imóvel vêm investindo, com recursos próprios e doações esporádicas, na melhoria das condições de habitação. Em 2007, como procedimento emblemático de luta para assegurarem o direito à moradia e pela mediação da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, elas investiram na judicialização da demanda pelo reconhecimento do trabalho de resignificação do espaço. Desde então as famílias aguardam pelo documento de concessão de usucapião do imóvel ocupado.

As tratativas para encaminhamento da demanda do direito à moradia, que se prolongam no tempo, reproduzem a situação de instabilidade das famílias que, com recursos próprios e como expressão de um desejo coletivo autônomo, realizam inúmeros investimentos na melhoria do espaço que expressam pelo termo “moradia digna”, que, segundo os interlocutores, pode ser definida como o acesso à casa e também aos recursos e serviços públicos disponíveis em espaços centrais da cidade. Deste modo, no processo de espera pela legitimidade da moradia que demandam, investem na produção simbólica e material da moradia buscando assegurar o seu reconhecimento legal e reverter o sentido negativo a elas atribuído pelo termo “ocupação”.

O uso do termo “moradia digna” também é carregado de sentidos, tal como demonstrou Paterniani (2013) que, tendo investido na compreensão da extensão dos deslocamentos da relação entre os movimentos de luta por moradia e os representantes da administração municipal em São Paulo, chamou atenção para os investimentos realizados pelos moradores da ocupação Mauá na luta pelo acesso ao “direito à moradia digna para pessoas de baixa renda”, caracterizadas, neste contexto, por famílias cuja renda mensal é entre zero e três salários mínimos (PATERNIANI,

2013, p. 3).

A expressão “luta por moradia digna” é igualmente valorizada dentre os moradores de um projeto de moradia organizado pelo Movimento Sem-Teto do centro de São Paulo, situado na mesma localidade analisada por Paterniani (2013), que foi objeto também de investimento etnográfico por Filadelfo (2014). Segundo ele, o termo “denota o caráter conflituoso, atribulado e difícil de obtenção da casa própria”, sendo acionada pelos seus interlocutores em contextos coletivos e organizados e que buscam legitimar a luta pelo direito à moradia (FILADELFO, 2014, p. 150).

Chamamos atenção neste texto para a moradia como importante espaço social de resistência destas famílias e *locus* de narrativas das mulheres entrevistadas acerca desta resistência antes e no contexto da pandemia provocada pelo coronavírus. Tomamos estas narrativas como ferramenta para a compreensão de suas representações acerca das condições de vulnerabilidade social vividas pelo coletivo de moradores do Predinho, a exemplo, entre outras situações sociais vividas, dos investimentos familiares para recuperação do telhado do imóvel que desabou e para o restabelecimento do abastecimento de água e de energia elétrica, recorrentemente interrompidos.

Deste modo, procurando compreender os sentidos das representações e práticas sociais desses moradores na construção de um projeto autônomo de “moradia digna”, deparamo-nos com situações sociais enfrentadas por eles que aprofundam as dificuldades no enfrentamento da crise gerada pela pandemia da Covid-19, especialmente a partir da imposição do isolamento social como única alternativa viável de controle da expansão do vírus.<sup>7</sup> Assim, pretendemos salientar uma abordagem relacional das práticas de Estado e das representações sobre ele, tal como valorizado por Thelen (2014), destacando as moralidades em jogo neste contexto de relações entre as instituições e as famílias que pleiteiam o direito à moradia.

Colocamo-nos sensíveis às angústias vividas por aqueles que sofrem os efeitos perversos de uma conjuntura de forte recuo do Estado na oferta e manutenção de políticas sociais e na ampliação de direitos. As famílias de moradores do Predinho recorrem a redes de solidariedade e ajuda mútua interviziniais, princípios tradicionalmente articulados pelas classes trabalhadoras que se atualizam como forma de viabilizar o acesso a recursos materiais, privados ou públicos,

---

7 A política de isolamento social foi operacionalizada no estado do Rio de Janeiro a partir da publicação do Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020, que impôs, como parte das medidas de enfrentamento da propagação do coronavírus, a suspensão do funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes, centros comerciais, escolas e universidades, além de restrições ao sistema ferroviário e de transportes intermunicipais. Tais medidas se prolongaram até junho de 2020, quando se iniciou o processo de flexibilização do isolamento.

como sinaliza Domingues (2011).<sup>8</sup>

## **REDES DE ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL**

Desde a “ocupação” do imóvel, as famílias passaram a valorizar processos de gestão autônoma do espaço a partir da constituição de relações de solidariedade e reciprocidade como forma de enfrentamento de inúmeros constrangimentos impostos pela ausência de políticas públicas que assegurem o direito à moradia, direito fundamental à reprodução social dessas famílias. Para a superação dos entraves no acesso ao prédio, foi fundamental o papel de liderança desempenhado pelas mulheres, especialmente na constituição de espaços de mobilização que, ao acionarem redes de relações sociais, têm assegurado às famílias um conjunto de recursos escassos pela confluência de interesses situacionalmente valorizados.

A construção dessas redes de solidariedade pelas mulheres pressupõe a transferência de recursos e revelam especificidades das práticas sociais dessas famílias ou das condições de vida dos chamados “ocupantes” de imóveis urbanos. O termo “ocupação”, tal como utilizado pelas entrevistadas, evoca a ilegalidade da condição de moradia perpetuada pela negativa do Estado em assegurar este direito às famílias residentes nestes espaços recorrentemente ocupados por segmentos populacionais drasticamente atingidos pelos efeitos das desigualdades sociais. Ser “ocupante”, neste sentido, é ser um morador que, valendo-se da delonga processual, permanece na ilegalidade.

Neves (2011) realizou um investimento para compreensão dos efeitos dos extremos índices de desigualdades socioeconômicas e os modos de enfrentamento político daqueles que vivem em situações miseráveis de vida a partir da posição da mulher que, segundo mencionou, tem papel central na elaboração de projetos de reprodução social. A dimensão socialmente construtiva das diferenciações e hierarquias informadas pelas percepções de gênero se contrapõe às apressadas e naturalizadas atribuições de sentidos com base nas diferenças biológicas entre os sexos, advertiram em análise mais recente as autoras Neves e Medeiros (2013). Neste estudo, adverte-se ainda sobre as injustiças perpetradas contra as mulheres que acolhem, inclusive, as contribuições de Bourdieu (2007) sobre a dominação masculina.

---

<sup>8</sup> Conferir, por exemplo, Domingues (2011), a respeito dos investimentos na construção do “cidadão” por meio de acionamento destas redes em projetos de moradia popular.



As relações estabelecidas no espaço público legitimam a posição assumida emblematicamente pelas mulheres neste campo que agrega os moradores em um só coletivo: o de ocupantes. Como afirmou Eliane, uma das entrevistadas: “Nós somos ocupantes, para o governador, né? Mas nós aqui somos moradores. Estamos aqui há muito tempo e eles [os representantes do poder público] não dão apoio nenhum para a gente”. Pelo contrário, os moradores relataram o abuso da força policial com a qual eram recorrentemente desrespeitados e violentados. Por outro lado, a utilização da categoria “cedido” revela a apropriação simbólica negativa do termo “ocupação”. Seguem as representações de uma das entrevistadas sobre o “documento” valorizado como forma de comprovação da propriedade do imóvel e sua ausência como entrave para acesso a serviços e recursos:

Eu moro aqui, eu cuido daqui, mas não é meu. Como é que eu vou comprovar que é meu?! Cadê o seu comprovante? Prove que é seu! E eu vou comprovar com o que? [...] Não temos um comprovante que é nosso. Na Defensoria, ela própria [a defensora] veio aqui e falou que era nosso, que nós tinha ganhado. Um ano de espera que ela veio aqui e só falou. Não deu nada pra gente. Não deu um documento. Eu tenho um comprovante de endereço para correio, carta. Recebo correspondência das pessoas aqui e eu que assino. Eu e José que recebemos e distribuimos para as pessoas aqui. Tipo assim: eu fui entregar a bolsa de estudos do Fernando na escola, eu tenho que ir na Associação de Moradores da Providência, pagar e eles dão um comprovante de residência no seu nome. Mas tem que pagar! Ai no comprovante vem o nome, RG, o documento que você levar... Eles fazem no computador. É só eles que dão. Mas quem não tem uma conta, não tem comprovante. Eu paguei lá a Associação, então tenho esse comprovante que eu usei. Então eu agora uso a conta mesmo. Nos anos anteriores, quando eu botava prédio cedido, eu tinha que botar à mão, a punho o porquê eu morava em prédio cedido. Todo ano era a mesma coisa. (Maria).

Neste contexto, a controvérsia narrada pela entrevistada em torno da categoria “cedido” versus o reconhecimento da moradia pela comprovação da propriedade do imóvel corresponde a tentativas de requalificação da condição de moradores ilegais. Coletivamente se busca resolver o impasse e usufruir da legitimidade de “ser morador” pelo litígio que reverbera a ausência de elaboração de políticas públicas para a população sem teto (NEVES, 2011).

O papel de lideranças locais produz efeitos classificatórios a partir da noção de merecimento como noção associada a investimentos individuais na luta pela construção do espaço coletivo de moradia, tal como uma confluência de forças que permite ao ocupante tornar-se merecedor de um apartamento e, por consequência, ser reconhecido como morador legítimo. Neste contexto, ser “merecedor” é ter experimentado uma vida de instabilidade, por vezes sob ameaças de violência, condições em que os sujeitos devem demonstrar o desejo de superar.

Moraes (2020), em análise sobre as condições de vida-ocupação experimentadas por famílias reconhecidas como “sem-teto”, mediante a realização de trabalho etnográfico em

ocupações em espaços baldios situadas na região central de São Paulo, destacou que este período de luta para acesso à ocupação se distingue da luta como “tomada de consciência” e se aproxima de uma luta como movimento em busca dos sentidos de habitar que mobiliza uma “nova trama relacional, imprevisível e provisória” (MORAES, 2020, p. 20).

Fernandes (2014), por análise dos sentidos construídos por famílias de ocupantes de um imóvel na região central do Rio de Janeiro durante os percursos instáveis de experiência de moradia na cidade empreendidos por elas, traz também a contribuição da ideia de “arte de contornamento” das situações de precariedade, incerteza e provisoriedade a que estas famílias estão submetidas. De forma comparativa à experiência etnográfica que aqui apresentamos, sem desqualificar o investimento político-pedagógico de mediadores fundamentais neste campo sobre o conceito de “direito a uma moradia digna”, valemo-nos das contribuições da autora acerca de “uma positividade dos modos de circular e de se deslocar na cidade” que considera: a “questão de luta por moradia” e “as (várias) modalidades criadas por ocupantes e ocupações como forma de contornar as situações de usurpação, os mecanismos de controle e os enquadramentos identitários, operantes nesse contexto” (FERNANDES, 2014, p. 321–325). Em geral, tais enquadramentos são desqualificantes e pressupõem a posição de instabilidade, inclusive emocional, a que esta população mais pobre está cotidianamente submetida.

Esta percepção se aproxima da narrativa de Carla (40 anos) acerca de sua condição social marcada por dificuldades de reprodução familiar. Mencionou à moradora Maria: “Estou desempregada e com um bebê, estou necessitada de um lugar para morar, porque não tenho como pagar e nem para onde ir”. Comentou ainda que era recorrente a identificação entre as moradoras de uma trajetória de sofrimento provocada pelo desemprego e pela ausência do marido, mesmo que por motivos diversos. O merecimento seria assim a contrapartida de uma trajetória de necessidades e privações, bem como o símbolo moral de recompensa pela situação de abandono a que estão sujeitas estas famílias pela omissão do Estado.

As condições de vulnerabilidade parecem predizer dificuldades enfrentadas que estariam acima de suas capacidades de superação, sobretudo quando envolve “o sustento” dos filhos, situação que legitima moralmente a condição de família merecedora da ajuda. A lógica do merecimento exige ainda a demonstração de “humildade” no ato de pedir e deve estar associada ao reconhecimento público para viabilizar o acesso a recursos. Como afirmou Carla: “Para ganhar o que pede, é preciso ter humildade”.

Na articulação desta rede de trocas materiais e simbólicas, que incorpora também afetos e sentimentos, as mulheres entendem a importância da “humildade” e a explicitação do desejo de autonomia como forma de construção do merecimento do auxílio que deve, neste

contexto, ser entendido sempre como provisório, como aponta Neves (2011); ainda que, de fato, esta seja a forma regular de gestão da vida familiar e comunitária. Segundo a autora, para compreender os efeitos dos extremos índices de desigualdades socioeconômicas e os modos de enfrentamento político daqueles que vivem em situações miseráveis de vida, deve-se investir no estudo da constituição dessas famílias. Por este exercício, destacou-se a centralidade da posição da mulher, mãe ou esposa na elaboração de projetos de reprodução social.<sup>9</sup>

Neste sentido, podemos entender a intervenção de associações e organizações de prestação de serviços assistenciais, acionados sobremaneira no contexto da pandemia pelas lideranças no Predinho, como composição complementar à rede de entreajuda estabelecida entre os moradores, sobretudo entre as mulheres, e como tal exemplar do que Didier Fassin (2015) tem nomeado de gestão da precariedade.

Os princípios que tangenciam a luta pela moradia e fornecem o alicerce moral para a gestão da precariedade pela articulação da rede de sociabilidade que extrapola o núcleo familiar, fornecem a essa rede a similaridade das relações familiares, de modo a operar “como se fosse” uma família e deste modo assegurar a sobrevivência dos moradores que vivem em frequentes condições de instabilidade financeira. Como relatou Aline: “Eles aqui são minha família. Aqui eu me sinto em família. Se eu preciso de qualquer coisa, eu vou ali na fulana, vou na beltrana e peço”.

Os recursos priorizados nessa rede de ajuda mútua são os produtos alimentícios que garantem o fundamental para o “sustento” dos filhos. Assim esclarece Maria: “Fome a gente não passa. E é isso que a gente precisa. Quando precisa de uma comida, vai lá e pede”. A vizinha Lúcia confirma a importância desta rede de assistência para o que entende como “alimento básico”, categoria que contempla alimentos como arroz, feijão, macarrão, óleo, café e açúcar.

Além dos arranjos diários para obter o acesso à alimentação básica, há preocupação especial com as crianças, configurando arranjos de cuidados tradicionalmente exercidos pelas mulheres dentro do universo doméstico, como demonstrou Sarti (1996). Este é o caso de Maria, reconhecida como “madrinha das crianças” do Predinho, cuja dedicação a elas incluem a alimentação e o asseio, bem como levá-las e buscá-las na escola. Tais cuidados, tradicionais em redes de circulação de crianças de segmentos de trabalhadores pobres, estudadas por Fonseca

---

9 Inúmeros foram os investimentos realizados por Neves para compreensão dos fatores que influenciam na constituição da condição de existência de famílias em situação de vulnerabilidade social, dos quais destaco: “As idosas provedoras e o enraizamento familiar”. In: *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 359–79; além de “A trajetória da população de rua e suas estratégias de sobrevivência”. In: SEMINÁRIO DE POPULAÇÃO DE RUA, 1., 1995, São Paulo. *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 61–70.

(2006), viabilizam que as mães possam constituir vínculo de trabalho, mesmo que informal, dado o baixo nível de formação profissional dessas mulheres.

No contexto da pandemia da Covid-19, tornou-se ainda mais evidente a ausência do Estado no atendimento e na garantia a estes serviços básicos e fundamentais à vida desses moradores da periferia do Rio de Janeiro. As redes de relações sociais constituídas pelos moradores do Predinho com agentes institucionais de organizações não governamentais, projetos sociais e associação de moradores têm viabilizado o acesso a recursos básicos prioritários à alimentação, como é o caso do “arroz-e-feijão, que não têm faltado”, como afirmou Lúcia. Tomando como foco a elaboração de projetos de reprodução social mediante acesso a recursos situacionalmente disponibilizados a famílias de agricultores, Santos (2015) chamou atenção para a diversidade de possibilidades de constituição desses projetos, muitas vezes a partir de investimentos individuais que asseguram a sobrevivência do grupo familiar pelo acesso a recursos prioritários à subsistência.

Então, no caso do Predinho, o acesso às cestas básicas pelos moradores neste período teve fontes diversas e seguiu um padrão moral de consideração aos “mais necessitados”, como é o caso de idosos, doentes e mulheres com crianças. Maria nos esclareceu que as cestas arrecadadas eram distribuídas por remessas seguindo uma classificação por consideração aos que mais “precisavam” e aos “parceiros” que colaboravam na própria arrecadação e distribuição delas, tendo em vista a justa administração dos limitados recursos recebidos. A categoria “merecedor” se atualizou ao classificar a população que, no contexto da pandemia, sofre a exacerbação dos efeitos das condições de desigualdade social, implicando a consideração de sua maior vulnerabilidade.

São famílias inteiras desempregadas passando necessidade. E essa minha cunhada nunca me pediu nada. Tem mais de 30 anos que meu irmão morreu, ela criou meus sobrinhos sem nunca precisar pedir ajuda. Dessa vez ela pediu. Então a coisa está realmente muito complicada. Eu até mandei o áudio dela para o Claudio pedindo ajuda, entendeu? Aí ele foi e mandou para mim ontem que teria 12 cestas que ele estaria disponibilizando e que seriam as cestas mais completas, inclusive com kits para as crianças. Esses kits eu vou disponibilizar para as crianças do Predinho. As cestas ele falou que era para eu ver as pessoas que estivessem precisando mais. Como eu já consegui para a maioria lá e estou fechando, graças a Deus todo mundo que estava realmente precisando já foi todo mundo suprido, então eu falei para ele que queria ver se eu conseguiria atender.

Ele falou assim: “você vai designar aí, você vai ver as pessoas que estão precisando mais e você destina. Entendeu?” Aí eu vou deixar lá, claro e evidente, com a Lúcia. Ela, além de cozinhar para ela, ela está sempre fazendo as comidinhas. Essas crianças passam na porta dela e se não tiveram comida, porque as mães não fizeram, ela está sempre dando. Então eu vou disponibilizar mais uma cesta dessa agora que o Roberto vai trazer para a Neide. Lá para a Fernanda também porque é casa que tem os filhos que estão na fase do come-como [adolescência], mas ela também já ganhou de uma

outra ONG que os filhos dela fazem parte. Nós estamos inclusive vendo assim: se você ganhou algo que você não vai usar, que veio a mais, que veio em uma cesta e na outra, a gente está juntando para ajudar um vizinho que esteja precisando também. (Maria).

A diversidade de alternativas para acesso a recursos fundamentais pelas famílias de agricultores analisada por Santos (2015) se aproxima dos fluxos de investimentos que no caso do Predinho são mobilizados especialmente pelas mulheres.

O “coletivo”, categoria local para referir-se a essa rede de solidariedade externa em atendimento às necessidades dos moradores em situação de vulnerabilidade social, tem viabilizado também, além do “básico”, o acesso à “mistura” e aos produtos de higiene. Esses produtos têm sido essenciais para garantia da limpeza dos apartamentos e também das áreas comuns do prédio, espaços onde circulam as crianças e a maior parte dos moradores. Assim comenta Maria ao utilizar esta categoria:

Eu fui contemplada com uma cesta básica em um sorteio, no sábado, fiquei muito feliz. Abasteci minha casa. Aqui está tendo muito coletivo que está dando suporte para o pessoal, principalmente das ocupações. É uma coisa que não dá para ser constantemente, mas fez um mês que eles mandaram umas cestas lá para o Predinho. Está fazendo um mês e estas que o Fernando está dando agora vai dar mais um reforço. Graças a Deus aqui o pessoal está conseguindo também pegar o cartão, então já ajuda na compra de uma carne e de uma mistura qualquer, de um tempero. Hoje aquela ONG Efeito Urbano, que meu filho faz parte da dança, também está fazendo a distribuição de cestas. Ontem fizeram a distribuição de kits de dia das mães e os kitinhos com material de higiene. (Maria).

As relações que as famílias de moradores estabelecem, tanto com instâncias governamentais quanto com organizações que prestam assistência social, por meio de seus respectivos mediadores, buscam assegurar direitos fundamentais antes e no contexto da pandemia da Covid-19; além disso colaboram para a percepção da precária inserção social do grupo agravada com a chegada do novo vírus, sobretudo a partir das experiências de interlocução com representantes de agências governamentais que reiteram a imagem do descaso com relação às famílias, levando-as à constatação de que são pessoas que “não têm direito nenhum”, como apontou Lúcia.

Lúcia elabora sua percepção acerca destes contextos de desconsideração a seus direitos em termos de uma “luta” que se prolonga no tempo, assim como se prolonga a sujeição das famílias a esta negação. Assim relata:

E a gente vai vivendo assim. É uma luta muito grande. Sempre foi assim. A gente vive na teimosia mesmo. Vamos lutando aqui, lutamos ali. E agora estou melhorando. Se Deus quiser, vou ficar boa logo! Aqui no Predinho mesmo as crianças ficam soltas,

como é que vamos ficar isolados? Os apartamentos são muito pequenos. Não bate luz do sol. É tudo úmido! Têm alguns que não têm janela! Como faz isolamento assim? Você vê a televisão toda hora falando de isolamento... Eu acho graça. As crianças vão brincar aonde? Já não comem direito. Aqui então, eu toda hora faço comida e dou para elas. Ganhei duas cestas de uma vez só. Dou comida a essas crianças quase todas daqui. As mães estão tentando arrumar o dinheiro, esse auxílio, né... Não ganharam nada! Então, como eu vou ver as crianças com fome e não vou fazer a comida para elas. Aqui é pouco, mas a gente mesmo assim vai dividindo. A gente vai se ajudando, né? Quando isso passar, vamos continuar assim... sempre se ajudando na dificuldade. É assim que a gente vive. (Lúcia).

A imprevisibilidade do término dessa luta pela sobrevivência, pelo acesso a direitos, pela garantia da igualdade na desigualdade de condições em que são forçados a viver (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010) chama atenção para a consciência que os moradores do Predinho, na condição de moradores ilegais, têm de si mesmos, de sua identidade e do seu mundo social (FASSIN, 1999b).

A falta de acesso aos serviços de saúde – que antecede a emergência em saúde decorrente do coronavírus – e a omissão do Estado na garantia desse direito básico às classes trabalhadoras brasileiras, em especial das famílias do Predinho, são narradas pela moradora Maria, entrevistada em abril de 2020:

O meu vizinho que inclusive é do coletivo, ele foi para a Clínica da Família, ele estava mal e a única coisa que fizeram com ele foi dar um dipirona. Falaram que era suspeita de Covid e deram apenas um dipirona! Entendeu? [...] É bem assim! Mas a gente não está tendo esse acompanhamento. Aqui, inclusive, a Clínica da Família reduziu a equipe. A minha agente de saúde foi mandada embora. Já tem 3 meses. Ou seja: quando estava já iniciando essa pandemia no mundo, já estava acontecendo e o nosso prefeito mandou embora! O prefeito tirou quatro agentes de saúde. Ou seja: a gente já não tem esse acompanhamento há muito tempo! Há muito tempo! A Clínica da Família aqui, se você chegar e falar: “Ah, eu quero fazer um preventivo”. Não tem! Não faz! Eu fiz o meu preventivo com muito custo e fui lá buscar e eles falaram: “Não tem”. Só estamos atendendo Covid! Ou seja, as pessoas que têm outras doenças e problemas então elas morrem?! Está bem assim mesmo. (Maria).

A versão apresentada por Lúcia revela igualmente as dificuldades enfrentadas para obter atendimento médico e realização de exames de rotina, além do acesso a medicamentos essenciais, como é o caso da insulina e de remédio para hipertensão. Com sintomas da Covid-19 e residindo em um apartamento com pouca ventilação, que divide com o marido e dois filhos, relatou sua dificuldade em manter a orientação de isolamento domiciliar, já que o marido precisa “ir para a rua”:

Eu estou tentando me isolar, mas João (esposo) vai para a rua e eu acabo ficando dentro de casa com minha filha. Eu e Nicole estamos fazendo o isolamento do nosso jeito, né? O meu filho Juninho está na casa da Tatiana, da mãe biológica, né? E eu

estou aqui sozinha com a Nicole. Graças a Deus, Nicole está bem. Eu estou melhor agora. Estive muito mal, estou com muito medo ainda. Sou diabética, né? Você sabe. Também tomo remédio para o coração... Aliás, tem um tempo que a clínica não dá o remédio. Passei muito mal esses dias... Eu não sei se o que tive foi Covid... Parece que o Covid tem essa coisa de perder o olfato, né? Tive muita falta de ar também. Mas estou em casa. Na clínica ninguém atende. Só podemos ligar para lá. Mas quem é que consegue falar? (Lúcia).

O caso descrito corrobora reflexões trazidas por Neves (2001) sobre a perversa forma de inserção laborativa assalariada daqueles que, em condição de vulnerabilidade e desqualificação pela inexistente ou insuficiente formação profissional, são constrangidos a situações que colaboram para a diminuição da expectativa de vida. Como apontou a autora:

Pelo contrário, acumulam as desvantagens da desqualificação, quando não são precocemente inviabilizados como portadores de força de trabalho mercantil, diante de acidentes e doenças profissionais e, da mesma forma, precocemente convertidos em deficientes e indigentes. (NEVES, 2001, p. 149–150).

Ao mencionar a dificuldade no acesso ao tratamento de saúde, em especial o atendimento médico para acompanhamento dos sintomas da Covid-19, considerando sua condição de paciente de risco<sup>10</sup>, segundo documento publicado pelo Ministério da Saúde (2020), o relato de Lúcia deixa entrever que a negação do direito à saúde é anterior ao contexto da pandemia. Assim afirmou a entrevistada:

Aqui a gente não tem nada. Há muito tempo que não tem... Para eu conseguir a insulina é um custo! Tenho que brigar! O remédio do coração ainda era aquele que você deixou aqui para mim. Graças a Deus! Mas agora já acabou... Vou vivendo assim. Não tem médico lá não. Até hoje estou esperando meu exame de vista. A médica tinha falado que eu precisava de um óculos urgente, mas uma lente especial por causa do glaucoma. Tem mais de anos que estou esperando. Só tenho aqui o papel do pedido. Essa clínica, até mesmo antes dessa pandemia, eu levava meses para marcar meus exames. Nem para a minha filha eu conseguia. Ela está engordando muito. Ela come muito essa menina. Acho que tem algum problema... Mas cadê que consigo marcar médico para ela. Chega lá na clínica, não tem ninguém. Chego lá ainda de madrugada. João sai para a padaria, eu vou junto. Fico na fila... quando dá 11 horas eles avisam que a médica não vem e que não vai ter marcação. Agora com a Covid é que eles não atendem mesmo. Tem um papel colado lá com o número do telefone se a gente ficar doente. Eu liguei e nada! E a gente vai vivendo assim. É uma luta muito grande. Sempre foi assim. (Lúcia).

Quando finalizávamos a versão deste texto, Fernanda, moradora do Predinho, casada,

---

<sup>10</sup> Lúcia é obesa e cardíaca, além de ser diabética, o que desencadeou glaucoma que a deixou com a visão comprometida.

faxineira, com 2 filhos adolescentes e que recebia assistência de uma ONG para atendimento das necessidades alimentares básicas da família, faleceu pelas complicações do coronavírus em seu organismo, já debilitado pelo HIV. Sobre as dificuldades de acesso à assistência social por meio de programa federal, enfrentadas por ela durante a pandemia, comentou Maria:

A Fernanda, minha vizinha, foi chamada pela escola. Recebeu o cartão, mas ela recebeu pela escola. Porque a escola conhecia a história dela e sabia que ela é portadora do vírus HIV, que tem 3 filhos, não teve ninguém que desse uma assistência a ela. Ela foi excluída do Bolsa (Programa Bolsa Família) porque ela estava trabalhando de carteira assinada, como faxineira. Ai você vê: eles disseram então que ela saía do perfil e agora para poder conseguir essa ajuda a escola é que teve essa consciência e a colocou. Deu a ela o cartão. Mas fiquei sabendo que eles estavam dando esse cartão só para quem era do Bolsa Família. Ou seja: as mães que têm filhos que estudam e que não têm o Bolsa Família por várias razões estariam fora. É impressionante! Então se você estuda em escola pública, mas não é do Bolsa, você não tem acesso a essa cesta básica ou cartão. (Maria).

Lúcia, em sua fala, reitera então o fato de que a assistência social prestada aos moradores depende da avaliação, sempre relativa, realizada pela rede local de relações familiares, do grau de vulnerabilidade pelo qual passa o representante familiar. Este foi o caso de Fernanda, que foi atendida por esta rede, que, entretanto, atua sob a órbita da vulnerabilidade extrema na ausência de políticas públicas de longo prazo que reduzem as desigualdades sociais e diminuem as disparidades sociais no acesso a direitos básicos. Assim esclareceu Lúcia sobre o atendimento prestado à vizinha:

A escola, minha filha, está uma negação. A única que estava fazendo essa ação foi essa daqui que acabou falecendo o diretor. Mas não era para todos! Era só para quem era do Bolsa Família, ou no caso de a escola conhecendo o histórico, estava se solidarizando e chamando as famílias bem carentes, tipo a da Fernanda, para estar ajudando. Que também está com um suporte muito bom. Os filhos dela são de uma ONG aqui e essa ONG é maravilhosa! Não está deixando faltar nada! Então ela está bem também. Então as pessoas mais debilitadas também, que era a minha maior preocupação, estão todos supridos. Estão cuidados e estão se cuidando. (Lúcia).

Durante o período em que realizamos a pesquisa, Fernanda, mesmo recorrentemente debilitada, mantinha-se ativa trabalhando como faxineira no Centro do Rio. Seus filhos adolescentes eram responsáveis, com seu marido, pelo cuidado da casa. Em uma das ações de distribuição de alimentos, fruto de uma iniciativa autônoma de um dos pesquisadores do projeto, Fernanda – ao receber as doações: linguiça, ovos, hambúrguer, legumes (batata, cenoura, abobrinha), manteiga, leite, dentre outros produtos alimentícios e de higiene pessoal (sabonete, absorvente, pasta de dente, sabão em pó) – mencionou com lágrimas nos olhos (corroborando



a importância da rede de entajuda, que pontualmente se manifesta como forma de socorro em situações emergenciais como as vividas durante a pandemia do coronavírus): “Minha geladeira nunca esteve tão cheia. Não tenho espaço para guardar tanto alimento. Hoje é um dia de festa para mim”.

Os princípios orientadores dessas ações constitutivas das redes de trocas incorporam afetos e sentimentos, não apenas entre os moradores mas também entre os moradores e os demais integrantes desta rede de solidariedade que mobilizam. A autonomia na qualidade de princípio norteador das ações dos moradores do Predinho se contrapõe à condição de subordinação a projetos desenvolvimentistas com a alcunha de revitalização de espaços já ocupados (como é o caso da região central do Rio de Janeiro); e, por outro lado, de valorização de estratégias diversificadas na elaboração de projetos de reprodução social, tal como destacou Bourdieu (2011). E, neste sentido, como destacou Moraes (2020), a permanência dessa parcela da população nestes espaços – seja a partir de ocupações em espaços baldios, seja a partir da ocupação de prédios públicos e/ou privados, à despeito da política habitacional – aponta para formas de enfrentamento que evidenciam novas experimentações de “voltar à vida” (MORAES, 2020, p. 20).

Segundo as mulheres moradoras do Predinho, é a partir da construção de si como “humilde” e da explicitação do desejo de autonomia que se tornam merecedoras de recursos que, neste contexto, são entendidos sempre como provisórios, tal como demonstrou Neves (2011) acerca das redes que operam em políticas de assistência social. Ao longo desses meses de pandemia da Covid-19, o acompanhamento das famílias prosseguiu inclusive com suporte de medicamentos para tratamento dos sintomas da doença. As vicissitudes da vida dessas famílias de moradores são anteriores a esse contexto da pandemia; e as estratégias cotidianamente elaboradas para minimizar os efeitos da precariedade econômica e social são tênues e permeáveis a fatores que, na maior parte dos casos, como almejamos apontar, são externos ao próprio grupo. Com um sistema precário e ineficiente de atendimento à saúde, de garantia do direito à moradia e de acesso a outros serviços públicos, o que se observa é a continuidade histórica da negligência da ação estatal, a despeito das estratégias desses moradores no enfrentamento e superação da condição de vulnerabilidade social e econômica (SOUSA, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a perspectiva relacional acerca das representações sobre as práticas do Estado, adotada por Thelen *et al.* (2014) e neste artigo valorizada, consideramos as avaliações de algumas moradoras – que ocupam funções importantes para a sociabilidade no Predinho –, mormente aquelas acerca dos efeitos da imposição do isolamento social sobre as condições de vida das famílias moradoras em situação de ilegalidade quanto à moradia e em posição de extrema desigualdade social. Tais avaliações se deram a partir das experiências vividas por estas moradoras com representantes do Estado e com representantes de instituições de assistência social privadas, de intervenção regular ou esporádica, no contexto do atendimento das necessidades materiais básicas ou da negação do acesso a direitos fundamentais das famílias do Predinho por elas representadas.

Como propõe Harvey (2020), o acirramento das condições desiguais de acesso a recursos decorre da opção por uma política de austeridade que, em meio à crise sanitária, se acirram e se expressam pela contraposição entre aqueles que estão confortavelmente em casa e os milhares de desempregados e famílias sem moradia ou que vivem em condições inadequadas ou insalubres. Trata-se, como afirmou Boaventura de Souza Santos (2020), de uma experiência de isolamento dentro do isolamento como condição anterior à Covid-19, associada à redução do Estado e ao ataque às instituições públicas para atender aos interesses dos grandes empresários e da expansão do capitalismo neoliberal.

Fica assim evidente a opção entre “morrer de vírus ou morrer de fome”, alternativas consideradas pelo autor ao refletir sobre a cruel pedagogia do vírus sobre os trabalhadores precários, informais e os considerados autônomos. Deste modo, as relações entre políticas públicas e a desigualdade social durante a pandemia da Covid-19 revelam o fato de que não apenas o vírus mata mas também o descaso, a invisibilidade e a pobreza produzidos em contextos sociais extremamente desiguais.

Nesta conjuntura, a despeito da ausência de políticas públicas que garantam o acesso a serviços básicos e fundamentais à vida dessas famílias, as redes de assistência constituem importante forma de enfrentamento dos inúmeros constrangimentos durante a crise sanitária experimentada pelos moradores, traduzida na fala exemplar de Maria: “se não fossem esses coletivos aqui, atuantes há um mês e meio atrás, a situação estava bem feia!”.

Tais redes são mediadas pela rede de ajuda-mútua entre os moradores, tradicionalmente articulada pelas mulheres nas classes trabalhadoras (SARTI, 1996). Nesse contexto, essa rede se

atualiza de maneira a garantir a redistribuição dos recursos recebidos segundo princípios morais que reconhecem a posição fundamental das mulheres no cuidado com a família no espaço doméstico e garantem a elas o protagonismo político nos arranjos diários de manutenção do grupo de “moradores”, categoria que se sobrepõe simbólica e positivamente a de “ocupantes” do Predinho. Como esclareceu Maria: “Nós somos ocupantes, para o governador, né? Mas nós aqui somos moradores! Estamos aqui há muito tempo e eles [os representantes do poder público] não dão apoio nenhum para a gente”.

Como pudemos compreender, a partir da interlocução com os moradores do Predinho, a luta pela moradia passou a ganhar visibilidade, quando incorporou dinâmicas de mobilização nestes espaços governamentais que estão associados a demonstrações públicas da capacidade mobilizadora dessas famílias, conforme demonstrado por Moraes (2020).

Ao tomarmos as narrativas de explicitação dos processos de gestão e constituição de redes de superação das condições de vulnerabilidade social por essas famílias, procuramos incorporá-las como forma de expressão de um biopoder “que se caracteriza mais por sua impotência do que por seu excesso” (FASSIN, 2015, p. 36). Como salienta o autor: “o lugar da escuta [dos] pobres como vítimas de situações de dominação, de exploração e discriminação” transforma este em sujeitos em “seres sofrentes”.

Mais do que reconhecer a condição de vítimas do processo de exploração e discriminação a que estão submetidas essas famílias, buscamos trazer à tona as representações que elas têm sobre si e sobre os agentes sociais que atuam na mediação do acesso a políticas sociais e recursos materiais. Refletindo sobre os processos de reprodução destas desigualdades sociais, descrevemos, por meio destas narrativas, as condições de vulnerabilidade social impostas às famílias anteriormente à pandemia da Covid-19. Entretanto, ocupando o lugar dos invisíveis (FASSIN, 1999a), elas experimentam o agravamento destas condições de vulnerabilidade pela reiterada negação do acesso a direitos fundamentais, como é o caso do direito à moradia, à saúde e aos recursos fundamentais à sobrevivência em contextos de imposição do isolamento social.

Por outro lado, em uma perspectiva macropolítica, podemos entender a produção da vulnerabilidade social a que estas famílias estão submetidas como própria a uma “política do sofrimento” da qual nos fala Fassin (1999b); cujo predomínio na contemporaneidade representa “uma nova topografia simbólica da sociedade” na qual o conceito de desigualdade é substituído pelo de exclusão, de tal forma que no léxico político acaba por representar processos de “vitimização e singularização dos excluídos”, definindo assim “uma nova forma de subjetivação das desigualdades sociais”. Como defende o autor, “a exclusão como representação do espaço

social e o sofrimento como representação da condição humana correspondem hoje ao que correspondiam anteriormente a pobreza e a piedade” (FASSIN, 1999b, p. 34, 36).

O autor associa a vigência de tal “política do sofrimento” à emergência do que autores como Castel (1997) tem chamado de “nova questão social”, a partir do final do século XX, circunscrevendo-a ao “paradigma do estado democrático-capitalista” que se tornaria, entretanto, intocado na opção pela “adaptação para que os efeitos sobre os mais vulneráveis sejam um pouco menos duros”. Nesta conjuntura, como ressalta, “se considera praticamente impossível lutar contra as desigualdades; só se luta contra suas consequências mais visíveis” (CASTEL, 1997, p. 36).

Neste cenário político, torna-se então urgente não apenas visibilizar formas de superação das vulnerabilidades sociais que põem em risco a própria existência física dos mais pobres, que se dão nas brechas do sistema capitalista e são por ele digeridos nesta engrenagem que busca minorar suas contradições mais perversas, mas, sobretudo, lançar luz sobre “lutas” que se dão rotineiramente, que se dão na “teimosia” como salienta a moradora Maria. Assim, de forma contínua e coletiva, estas famílias buscam assegurar direitos que garantam não apenas a vida, mas “uma vida digna”, como foi neste trabalho exemplificado e valorizado por meio da luta pelo direito à moradia.

Portanto, buscando fugir da crítica realizada por Fassin (2015) acerca da prática antropológica de frutificação do mercado do sofrimento pela espetacularização da situação de exclusão de grupos sociais reconhecidamente “desfavorecidos”, destacamos a capacidade criativa desses sujeitos, sobretudo das mulheres, que representam o grupo de moradores do Predinho, na constituição de estratégias para enfrentamento das desigualdades no acesso a recursos públicos e privados e para assegurarem a condição idealizada de moradia traduzida pela expressão da “moradia digna”.

Buscou-se assim evidenciar dois aspectos: a “economia moral”, que representa “a produção, circulação e apropriação de valores e afetos em relação a determinada questão social”, que vai se constituindo gradativamente em contextos históricos de maneira a definir uma compreensão consensual da questão; e as “subjektividades morais” que “atestam a autonomia e a liberdade dos agentes” nas articulações conjecturais do problema, como nos propõe Fassin (2015, p. 9). Este é o caso, aqui apresentado, das articulações subjetivas em torno das categorias “ocupação” e “moradia”, a segunda valorizada e sobreposta positivamente à primeira pelas famílias do Predinho em um campo de relações de força.

Os inúmeros investimentos realizados pelos interlocutores para obtenção de recursos situacionalmente disponíveis e valorizados como fundamentais para assegurar a reprodução

física e social apontam para a diversidade de iniciativas para a reprodução social. Atenta às narrativas, podemos compreender que as famílias do Predinho não projetam para si posições considerando apenas a relativa facilidade quanto ao acesso a recursos internos ao grupo familiar. Atividades produtivas marcadas pelo trabalho informal como camelôs, cuidadoras de crianças, faxineiras, vendedores ambulantes em períodos de feriados prolongados (como o do Carnaval) apontam para um amplo espectro de ação e de quadro de alternativas em que fatores que integram universos sociais mais amplos são relevantes para sua colocação em prática.

Comparativamente ao investimento realizado por Filadelfo (2014), para compreender o cotidiano e política da luta por moradia em São Paulo, a luta pela “moradia digna” no Predinho mais se aproxima da luta pelo acesso à casa própria, aos recursos públicos e privados disponibilizados na região central da cidade, bem como da administração das situações de instabilidade social e econômica aqui problematizadas, do que com uma preocupação com a identificação com a carga simbólica do termo “ocupante”. Inclusive, dentre os moradores do Predinho era igualmente recorrente o uso de expressões como “meu apartamento”, “minha casa”, condição de posse relativizada apenas quando sob avaliação da condição precária de moradia e que, como pudemos compreender, estava quase sempre relacionada à ausência do documento de propriedade.

Sobre esse aspecto, as reivindicações e projeções se aproximam à medida que a posse do documento que atesta a usucapião do imóvel, ao mesmo tempo que lhes confere a propriedade de um lugar para chamar de seu, também lhes afasta do estigma do morador ilegal e criminalizado pelo próprio Estado.

## REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
2. BOURDIEU, Pierre. A lógica da prática. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 133–63.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus (2019)**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Departamento de Atenção Hospitalar, Urgência e Domiciliar, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40195>. Acesso em: 18 maio 2020.
4. CAMPOS, Évilin T. de Matos. Pesquisa etnográfica em contextos digitais e de isolamento social: desafios metodológicos. *In*: INTERCOM 43., 2020. **Anais [...]**. [S.l.: s.n], 2020.

- Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-2682-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 451–73, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/36432/40414>. Acesso em: 05 jul. 2019.
  6. CASTEL, Robert. **Metamorfosis de la cuestión social**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
  7. DOMINGUES, Michelle Lima. **Habitação e comunidade organizada: uma etnografia da mobilização coletiva de famílias trabalhadoras cooperadas em São Gonçalo, RJ**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
  8. FASSIN, Didier. El hombre sin derechos: una figura antropológica de la globalización. **Maguaré**, n. 14, p. 179–90, 1999a. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/11140>. Acesso em: 10 jun. 2020.
  9. FASSIN, Didier. Governing precarity. In: FASSIN, Didier (org.). **At the heart of the state: the moral world of institutions**. London: Pluto Press: 2015. p. 1-14.
  10. FASSIN, Didier. Patetización del mundo. Ensayo antropología política del sufrimiento. In: VIVEIROS, Mará; GARAY, Gloria (ed.). **Cuerpos, diferencias y desigualdades**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1999b. p. 31–41. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/2893/02CAPI01.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jun. 2020.
  11. FERNANDES, Adriana. Arte do contornamento e ocupação de moradia no Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, p. 311–33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/15910>. Acesso em: 03 abr. 2018.
  12. FILADELFO, Carlos. Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo. **Antropolítica**, n. 36, p. 149–78, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41586>. Acesso em: 08 ago. 2019.
  13. FONSECA, Claudia. **Os caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 2006.
  14. HARVEY, David; ZIZEK, Slavoj; BADIOU, Alain; DAVIS, Mike; BIHR, Alain; ZIBECCHI, Raúl. **Coronavirus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.
  15. MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.
  16. MORAES, Alana. **Experimentações baldias & paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento**. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

17. NEVES, Delma Pessanha. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 149–73, 2001. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2136>. Acesso em: 07 mar. 2018.
18. NEVES, Delma Pessanha. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalhador livre. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, p. 99–130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41742>. Acesso em: 02 jun. 2015.
19. NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvalo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.
20. NEVES, Delma Pessanha; SANTOS, Priscila Tavares; CRUZ, Rodrigo Pennutt. Inventariando o campo temático da articulação de gênero e campesinato. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvalo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói, RJ: Alternativa, 2013. p. 347–356.
21. OLIVEIRA, Marcos Marques de. O projeto político-pedagógico da Terceira Via. **Revista de Ciência Política**, n. 14, 2003. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/quatorze/marcos\\_marques\\_14.htm](http://www.achegas.net/numero/quatorze/marcos_marques_14.htm). Acesso em: 04 ago. 2018.
22. PATERNIANI, Stella Zagatto. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
23. SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: [https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro\\_Boaventura.pdf](https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf). Acesso em: 28 out. 2020.
24. SANTOS, Priscila Tavares dos. **Campos de ação de agricultores de Vargem Grande, Teresópolis (RJ): princípios de afiliação e redes de interseção**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
25. SANTOS, Priscila Tavares; DOMINGUES, Michelle Lima. O segundo tempo da exclusão: o caso das famílias trabalhadoras da moradia popular na região central do Rio de Janeiro e a pandemia da Covid-19. **Cadernos de Campo**, v. 29, supl., p. 255–65, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170056>. Acesso em: 11 set. 2020.
26. SARTI, Cínthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.
27. SOUSA, Marina. De xawara, estratégias nativas e a pesquisa antropológica na Terra Indígena Yanomami. **Cadernos de Campo**, v. 29, supl., p. 34–41, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170476>. Acesso em: 05 ago. 2020.

28. THELEN, Tatjana; VETTERS, Larissa; BENDA-BECKMANN, Keebet von. Introduction to strategraphy. Toward a relational anthropology of the state. **Berghahn Journals**, v. 58, n. 3, p. 1-19, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6618129/>. Acesso em: 08 out. 2019.
29. WERNECK, Mariana. **Porto Maravilha**: agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli2423.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.
30. ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Mirian de Oliveira. Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói, RJ: Alternativa, 2013. p. 89–106.

*Michelle Lima Domingues*

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Graduada em Ciências Sociais por esta mesma universidade. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7588-5291>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação. E-mail: michellelima@id.uff.br

*Priscila Tavares dos Santos*

Professora do Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento Sustentável do Centro Universitário Unifacvest. Expert consultant na Syracuse University, desde 2017, no projeto de pesquisa intitulado *Helping the Poor Stay Put: Affordable Housing and Non-Peripheralization in Rio de Janeiro, Brazil*. Pós-doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Doutora e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8189-539X>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: pris\_tavares2000@yahoo.com.br